

mentos externos para disfarçar a crise (remédio usado rotineiramente). A produção industrial declina acentuadamente, de 11% no período 1956-1961 a zero, no período 1962-1965. A crise política de 1961 traduz o agravamento da crise do sistema e radicaliza o processo. A terapêutica aplicada, a partir da posse do Presidente Goulart, refletia o impasse, seja nas medidas tópicas, seja no planejamento. A economia nos subsídios à importação do trigo e na elevação dos preços dos derivados de petróleo importava em elevação do custo de vida, com prejuízo do povo. O Plano Trienal, do Governo Goulart, procurava acomodar as contradições. Colocava-se na linha daquilo que foi batizado como “política de conciliação”, pois atendia ora às pressões populares e nacionais, ora às pressões externas, fugindo à opção. A inflação se acelerava e o custo de vida aumentava violentamente. Considerado o ano de 1958 como de índice 100, já em 1961 esse índice ascendia para 271; em 1962, para 436; em 1963, para 790; em 1964, para 1.460. A taxa de inflação, que já excedera a taxa de juros, e em muito, excedia, agora, a taxa de lucro e tornava-se, de arma rotineira para uso dos possuidores, e particularmente dos interesses externos, em grave ameaça aos mesmos.

Ante a enormidade do endividamento e a celeridade da inflação, premido pelo latifúndio de um lado, e pelos interesses externos de outro, cortando este os recursos com que, normalmente, acode aos seus servidores, com a estrutura política abalada, estava o país colocado diante da necessidade de uma opção: ou a saída para uma nova política econômica e financeira, que imporia, preliminarmente, o rompimento com a velha estrutura, ou a saída para a consolidação da política econômica e financeira iniciada em 1956, de forma deliberada, mas levando-a às últimas consequências. Politicamente, tratava-se de escolher entre um sistema amplamente democrático ou a sua negação. A correlação de forças impôs esta última.